

FMI impõe severas restrições ao Brasil para 1985

BRASILIA — A nova Carta de Intenções do Governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que acaba de ser aprovada em Washington, contém metas para 85 extremamente duras e contracionistas — como a fixação em 60 por cento para o crescimento da base monetária (emissão de moeda) e dos meios de pagamentos (dinheiro em poder do público mais depósitos à vista nos Bancos). Atualmente a meta de expansão a ser cumprida é de 25 por cento. Os principais itens da Carta, divulgados ontem através de nota do Ministro da Fazenda, Ernane Galvéas, contraria o projeto econômico do candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, baseado na retomada do crescimento econômico.

Pela primeira vez o FMI considera a base monetária e os meios de pagamento como critérios de desempenho, ou seja, metas que condicionam a liberação de crédito do organismo ao Brasil.

A nova Carta de Intenções prevê,



“Pela primeira vez a base monetária e os meios de pagamento condicionam a liberação de créditos ao Brasil”

ERNANE GALVÉAS, Ministro da Fazenda

na prática, uma contração real da base monetária, de 27,27 por cento, em relação a inflação esperada de 120 por cento para todo o ano de 85. Esses números representam um aperto na disponibilidade de recursos na economia maior que o realizado em 84, quando a contração real da base monetária, medida nos últimos 12 meses, é de aproximadamente dez por cento.

A nova Carta conterá outra inovação: o Governo não citará mais os números relativos ao déficit nominal de área pública (que inclui as correções monetária e cambial). Será mencionado apenas a meta da superávit operacional da área pública (que exclui as duas correções), que será fixada em 2,9 por cento do (Produto Interno Bruto) (PIB) para o próximo ano.

Em nota divulgada ontem, o Ministro da Fazenda informa que a Nova Carta será entregue ao FMI em Washington pelo representante brasileiro à instituição, Alexandre Kafka. Galvéas anuncia que o FMI, a qualquer momento, comunicará ao Comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira, composto por representantes de 14 bancos credores, os termos acertados com o Brasil para 85.

● O ex-Ministro da Desburocratização e da Previdência Social, Hélio Beltrão, que integra a comissão encarregada de propor um programa econômico para o candidato Tancredo Neves, não estranhou os termos da carta, mas preferiu não fazer nenhum comentário.

— Eu não posso comentar atos deste Governo. A minha preocupação é dos demais integrantes da comissão que irá propor o programa econômico de Tancredo Neves está voltada para o futuro, não para o presente. Se algum termo desta carta interferir negativamente nos próximos anos, em tempo oportuno nós apresentaremos um parecer.

O QUE DIRÁ A PRÓXIMA CARTA

1 — BASE MONETÁRIA E MEIOS DE PAGAMENTO

Esses fatores, chamados “agregados monetários”, terão expansão de 60 por cento no próximo ano. A meta é mais apertada do que aquela inicialmente estabelecida para este ano, de 95 por cento, mas significará na prática um aperto maior que o de 84, quando a inflação cresceu acima da previsão e a base monetária estourou além das metas — de janeiro a novembro cresceu 152,5 por cento. As metas para a emissão significarão crédito curto em 85, afetando as atividades produtivas.

2 — SUPERÁVIT OPERACIONAL DO SETOR PÚBLICO

Será de 2,9 por cento do PIB, que inicialmente estaria previsto em Cr\$ 1 quadrilhão. Em cruzeiros isso irá representar uma economia em torno de Cr\$ 30 trilhões nas despesas públicas em 1985. Este ano, esse mesmo su-

perávit ficou em 0,5 por cento do PIB.

A meta, que representa um grande esforço de contenção dos gastos públicos, inclui os seguintes itens:

— Governo Federal: superávit de 2 por cento do PIB.

— Estados e Municípios: superávit de 0,5 por cento

— lapas e outros, inclusive fundos e programas: superávit de 0,4 por cento.

3 — INFLAÇÃO

A nova carta prevê para 1985 uma inflação de 120 por cento, contra uma taxa inflacionária próxima a 220 por cento este ano. A inflação média (taxa anualizada mês a mês) ficará em cerca de 170 por cento.

4 — PREÇOS

A nova carta promete um controle cada vez menor de preços e prevê que os preços do petróleo e tarifas do

serviço público serão reajustados em linha com a inflação mensal. O subsídio ao trigo — produto que este ano teve um reajuste de 228 por cento — será totalmente eliminado até junho próximo.

5 — CORREÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

Continuarão atreladas rigorosamente à inflação, como ocorreu em 84.

6 — ÁREA EXTERNA

O déficit em transações correntes que inclui o resultado da Balança Comercial (menos balança de serviços) será de US\$ 3 bilhões. O Balanço de Pagamentos apresentará um superávit de US\$ 100 milhões. Essas projeções, supõem uma redução nas importações de petróleo e um aumento das importações pelo setor privado.